

# Ainda a “cultura do barracão” nos seringais da Amazônia

Fernando Sergio Dumas dos Santos\*

Poucos fatos há no mundo de espantosa rapidez no progresso comercial, como a do vale do Amazonas, dentro de poucos anos, depois de sentir-se a influência da navegação a vapor. Em 15 anos triplicou-se o seu comércio geral: de 5.000 contos (1850) passou a 15.000 (1865). Este progresso, aliás inadmissível para os agoureiros e os tímidos de 1850, serve para anunciar o que aguarda o futuro. (Bastos, 1866)

DURANTE 150 ANOS, APROXIMADAMENTE, os seringais dominaram a cena cultural da Amazônia como expressão das vivências cotidianas da maioria da população. Era dentro dos limites de suas regras, de seus costumes e de suas tradições que transcorria a vida de milhares de pessoas. Até duas décadas atrás, um seringal representava não apenas uma imensa propriedade, mas toda uma engrenagem econômica, política, social e cultural, com raízes no processo histórico de conquista e colonização da região. O texto que se segue está calcado nas experiências vividas pelas populações que habitam as margens dos rios Purus e de seu afluente, Acre, rio que demarca parte da fronteira brasileira com o Peru e a Bolívia, além de banhar a cidade de Rio Branco, capital do estado que leva seu nome. O rio Purus, por sua vez, é um dos principais tributários da margem direita do Solimões, ao qual chega depois de percorrer milhares de quilômetros desde as encostas orientais da Cordilheira dos Andes, atravessando, no Brasil, os estados do Acre e do Amazonas no sentido sul-norte.

Cabe ressaltar que este artigo é fruto das reflexões desenvolvidas no projeto “*Tradições de uso de plantas medicinais na Amazônia*”. É, também, um dos resultados de uma pesquisa realizada sobre a viagem feita por Carlos Chagas à região amazônica, a qual recorreu, em expedições realizadas em 1991, 1995 e 1997,

\* Pesquisador do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e doutorando em História Social pela Unicamp.

à produção de entrevistas em áudio e vídeo, com o objetivo de recolher histórias de vida. Através desta metodologia foi possível recuperar informações sobre os modos de vida das populações e, particularmente, sobre suas estratégias para manutenção da saúde. As entrevistas utilizadas neste artigo foram produzidas em 1997, durante a viagem pelos vales dos rios Acre e Purus<sup>1</sup>.

Esta região foi considerada desabitada até a década de 1860. No entanto, em 1861, o movimento comercial do rio Purus já era de 793 arrobas de salsaparrilha, 9.936 de cacau e 16.777 de borracha. Três anos depois, seu crescimento tornou-se mais visível: 3.092 arrobas de salsaparrilha, 14.100 de cacau e 36.625 de borracha.

Na exploração que realizou pela região, em 1865, o geógrafo inglês Chandless observou que a economia extrativista já chegara até aquelas paragens<sup>2</sup>. Antes disto, o rio Purus havia sido explorado oficialmente pelo sertanista Manoel Urbano da Encarnação, que subira, em 1860, o Purus até a foz do Acre, percorrendo este rio por três semanas.

Darcy Ribeiro afirma que esta era “uma área de grande homogeneidade cultural, em que grupos de famílias lingüísticas, Pano, Aruak e Katukína fundiram seu patrimônio, alcançando alto desenvolvimento e uma perfeita adaptação ao ambiente. (...) Grande parte das tribos do Juruá-Purus desapareceu antes que fosse possível qualquer documentação sobre seus costumes.” (Ribeiro, s. d., p. 44)

A partir da década seguinte, os seringais se estruturaram rapidamente, nas mãos de comerciantes ambiciosos. Eles subiam os rios carregando trabalhadores e equipamentos, instalando seus ‘barracões’ nas áreas onde houvesse grandes concentrações da *Hevea brasiliensis* (a nossa seringueira). Ao descrever esta ‘invasão’ do ponto de vista da população indígena, Darcy Ribeiro enfatiza o papel predatório desempenhado por estes comerciantes desbravadores: “em conseqüência da rapidez e da violência desta invasão, o que fora uma das áreas amazônicas de maior população indígena despovoou-se em poucos anos, na medida em que nasciam núcleos civilizados”. (Ibid)

Darcy Ribeiro destaca, ainda, o fato de que estes comerciantes foram os desbravadores da região, antecedendo até mesmo os missionários religiosos. Desta forma, “foram eles próprios os desbravadores da terra, os descobridores das tribos e seus alcoses”. Aos seringueiros, não interessavam as distinções culturais entre as diferentes nações autóctones: “com uns poucos nomes batizou todas as tribos, fazendo-os recair sobre grupos completamente diferentes.” (Ibid.)

Para este autor, a atividade seringalista era uma empresa vinculada ao rio, “na qual o homem não se fixa como povoador, mas apenas se instala como explorador até o esgotamento dos seringais. Então, vai adiante, com seus próprios meios: as canoas, o barracão de mercadorias e o livro de débitos que mantém presos os seringueiros.” (Ribeiro, s.d., p. 28). Esta afirmativa pode ser verdadeira para o primeiro

momento – que podemos chamar de “desbravamento” – da exploração seringueira. Todavia, as evidências dos depoimentos colhidos na região, em 1997, indicam que os seringais eram propriedades privadas com limites fixos, bem demarcados, normalmente estabelecidos por rios e igarapés.

O seringal era constituído por ‘estradas – picadas abertas na floresta, com extensão de cerca de dez a quinze quilômetros, ao longo das quais encontram-se as árvores que devem ser ‘sangradas’<sup>3</sup>. A seringueira brasileira apresenta, como característica nativa, a grande dispersão, mesmo em áreas consideradas de alta concentração de árvores. Com isso, as estradas avançavam, cada vez mais, para dentro da floresta. Distavam, às vezes, dias uma da outra, sem, contudo – ao que parece – exceder os limites da propriedade. O ‘patrão’ (proprietário ou gerente) controlava a exploração a partir o barracão, habitualmente localizado na foz de um afluente a ser explorado. Dali ele comandava os seringueiros que viviam embrenhados na floresta.

O lugar do barracão conjugava a residência do patrão do seringal, o porto de embarque e desembarque de mercadorias, bem como o depósito das bolas de borracha e o armazém, “provido de aguardente, tabaco, gêneros alimentícios, panos, munições, medicamentos, sal, água de cheiro e todas as quinquilharias que possam estimular o trabalhador a gastar prontamente o salário” (Ribeiro, p. 28-9). A localização estratégica evitava possíveis deserções de trabalhadores ou extravio de mercadorias. O barracão era, também, o lugar de recepção dos novos trabalhadores. Foi em um destes, que, em 1912, o sr. Menezes desembarcou, vindo de Baturité, interior do Ceará, com 16 anos:

“Eu vim com parente, não. Aí, quando eu cheguei aqui em Xapuri, Rio Branco não tinha nada ainda, nesse tempo. É. Só tinha os navios que andava por ai, não tinha esses negócio por terra, tudo era por água. Não tinha estrada pra canto nenhum, a estrada que tinha aqui pro Acre era o rio. (...) A vida no seringal, naquele tempo, era braba. Era uma vida perigosa naquele tempo. Só tinha mato, não tinha nada. Os barracão desse patrão, o barracão, tudo, tudo de madeira, né?” (Entrevista com Francisco Menezes, realizada na cidade de Xapuri, Acre, em 19/01/1997)

Esta história do nordestino que foi para a Amazônia explorar a floresta e fugir das temporadas de secas foi vivenciada por milhares de pessoas que anualmente migravam em busca de um “*el-dorado*” de borracha. Aliciada por histórias, sonhos, por agentes ou proprietários dos seringais, e até mesmo por políticos, esta gente era carregada em barcos do litoral nordestino até sua ‘colocação’, o local de trabalho. Passava de uma embarcação para outra por várias vezes, mudando até mesmo o tipo de embarcação à medida que se aproximava o local de destino. Foi o caso do pai de Vilce Pereira Gláucio, que, em 1991, residia em Beruri:

“Papai era cearense. Ele veio pro Amazonas, naquele tempo que vinha uns fulanos de tal que chamavam. Depois que veio arigó, era, arigó. Mas os primeiros que vieram chamava-se brabo. E com uma influência, foi um tempo que o governador lá, deu umas passagem pra muito arigó. E ele veio também nessa arrumação de cortar o caucho, que era outro que dava leite também. Ele, parece que foi em dez. Parece que foi em dez. Eu não tô bem lembrado não. Ele morreu velho.” (Entrevista com Vilce Pereira Gláucio, realizada na cidade de Beruri, Amazonas, em 22/02/1997)

Segundo um artigo publicado no jornal *Correio do Acre*, de Xapuri, no dia 22 de janeiro de 1911, “a imigração para o Acre, pegando os navios que para aqui vêm, de passageiros de terceira classe, é feita a granel, amontoando os miseráveis patricios como peles de borracha ou fardos de charque.” O articulista prossegue, cobrando do governo o estabelecimento de serviços sanitários nos portos de Belém e de Manaus, “para que não se juntem ao nosso paludismo e ao nosso beribéri, a varíola e a bubônica dos centros populosos”. E conclui apontando a alternativa de “que a providência divina, que não recebe os 20% da borracha, se amerceie de nós.”

A visão das classes dominantes sobre as viagens dos migrantes não era exatamente compartilhada pelos próprios, aproximando-se mais de uma espécie de misantropia em relação aos “miseráveis patricios”. A história de vida do Sr. Horécio José Domingos da Silva, residente, em 1997, no seringal Catuaba, exemplifica com clareza o processo que se desenvolvia desde os tempos dos pioneiros desbravadores. Ele nasceu em Pernambuco, seu pai devia ser um pequeno proprietário rural arruinado pelas secas, pois vendeu uma propriedade para financiar a viagem até o Acre.

“A necessidade lá obrigou a gente a vir para cá, né? Falta de terra para trabalhar e por aí afora, né? (...) Na época, um tio meu veio para cá, né? Aí, quando chegou aqui, achou que o lugar era bom para trabalhar, lá no Amazonas. Aí, ele foi lá buscar a gente e nós viemos para cá, né? (...) A viagem foi péssima, né?. Nós passamos 3 meses de Manaus para aqui em um navio a lenha. Um navio com o Alvarenga, né? Rebocando o Alvarenga, né? Nós passamos três meses viajando. De dia, a gente viajava e passava a noite toda pegando lenha, que era para o outro dia seguir viagem. É. (...) Nós pegamos o Jansen de Melo, o Comandante Sales, navio do Lloyd, né?, até Manaus. Aí, de Manaus para cá, nós pegamos o Jansen de Melo, que era a lenha né? Aí, chegamos ao Antimari, Boca do Acre, né?”

Eu quis, então, saber como foram os dias dentro do navio:

“Ah! Dentro do navio era bom, passar o dia era bom né, todo dia eles matavam um boi para a gente comer né, eu achei bom a viagem. Era comendo, deitado e dormir, é dormir, comer e pronto. (...) Carne, carne de boi né, e feijão e

arroz só.” (Entrevista com Horécio José Domingos da Silva, residente no seringal Catuaba, Acre, em 26/01/1997)

Fica a impressão de que a vida era tão dura na terra natal, que uma viagem destas era uma oportunidade de descanso e lazer. E trabalho duro era o que os esperava nos seringais amazônicos. É importante reparar, também, na periodização, feita pelo sr. Horécio, da migração nordestina. Em um primeiro momento – que corresponde ao período iniciado com o desbravamento e vai até o declínio da produção de látex e do preço do produto – o migrante é conhecido como o ‘brabo’. A partir dos anos 20 e até a década de 40, os nordestinos que chegavam aos seringais passaram a receber a alcunha de ‘arigó’.

A cidade de Xapuri, em 1912, era o principal centro comercial do Departamento do Alto Acre e contava com uma população que oscilava entre 1.500 e 2.000 pessoas. Ali existia assistência médica regular, além de “duas farmácias bem montadas, onde se encontram os medicamentos habituais” (Chagas, 1913, p. 27)<sup>4</sup>. O porto recebia dez grandes vapores e diversas lanchas simultaneamente, movimentando estoques de gêneros alimentícios e de produtos da floresta. Se a varíola causava tanto temor nas classes dominantes deste centro urbano, que contava com esta razoável estrutura, o que sentiriam as pessoas que viviam internadas na mata, e que representavam a grande maioria da população da região e a própria estrutura do modo de produção e de geração de riqueza?

Tavares Bastos, em 1866, já relatara a estranheza daqueles que percorriam a região amazônica e a achavam deserta, “sem povoados e sem navegação”<sup>5</sup>. Deveriam voltar, perguntando-se onde eram consumidos “os 7.000 contos de mercadorias importadas anualmente pelo Pará, ou onde são produzidos os outros 7.000 ou 8.000 contos, que essa região exporta?” Para ele, a resposta é fácil. Não é só nas margens do rio principal, é nos afluentes, nos furos, nos igarapés, onde há terras firmes e a residência fixa é possível, é nessas paragens, encobertas pelas ilhas e pelas florestas, que abundam os gêneros de exportação, que se colhem os produtos espontâneos, que se preparam as drogas; é aí que o tapuio ignato e semi-selvagem produz e consome, na obscuridade, na solidão dos bosques, longe dos povoados, os objetos que figuram nas estatísticas do Pará. (Bastos, 1975, p. 95)

A vida no seringal era dura para a família do patrão, bem como para todos os fregueses. Claro que a extração do produto, ou seja, a produção propriamente dita, ficava por conta dos seringueiros; o patrão era o proprietário das terras, dos meios de produção e monopolizava o comércio em sua propriedade. O barracão era, sempre, a principal construção do seringal. D. Francisca Enriques Martins recorda-se da casa do patrão do seringal onde nasceu, já nos anos 40. Filha do empregado do barracão com a filha de criação do patrão, este espaço lhe era não apenas familiar, como de boas lembranças.

“Como é que era a casa do patrão?”, perguntou-lhe a entrevistadora, Mariana Muaze.

“Era um barracão, coberto de telha.”, respondeu d. Francisca.

“Era alvenaria ou madeira?”, insistiu Mariana.

“Não, madeira. Alvenaria não. Madeira, tudo era madeira na casa. O seringal, no canto que ele morava era assim calçado dum duma casa pra outra, mas só de madeira, sabe. Só calçada de madeira. Ele criava muito gado, ele criava muito peru, muito pato, porco. Aquele bicho, peru. Muita rês ele tinha. Ele tinha uma casa grande só de ‘coleleira’, aquelas garças cor de rosa que tem, só de ‘coleleira’. Papai batia uma bacia de ‘alumim’, assim, cheia de peixe e elas comiam de repente. Era criação.” (Entrevista com Francisca Enriques Martins, realizada em Tapauá, Amazonas, em 19/02/1997)<sup>6</sup>

Em contrapartida, as casas dos seringueiros não eram muito diferentes das tradicionais habitações indígenas. Teresa Lima Lopes, que chegou ao seringal União, no baixo Tarauacá, já na época dos ‘arigós’, descreve a surpresa que tomou conta de sua família ao chegar, levados de barco pelo patrão, na colocação onde deveriam fixar-se para explorar suas estradas: “Lá era mata. A gente entrou lá dentro da mata, nem casa tinha. Nós fomos fazer tapiri pra tocar de baixo. Era tudo deserto. (...) Tudo mato. Aí o patrão ainda ajudava a fazer os tapiri ...”

“O que que é tapiri?”, quis saber a pesquisadora.

“Uma casa de palha aí no meio da mata. Era. (...) tinha no mundo o que agüentasse na vida. Cortinado ninguém tinha, mosquito também não, né. Tinha vezes que atava a rede até na cumeeira da casa pra gente escapar do carapanã, mas não tinha jeito não. Ainda me lembro como se fosse hoje, meus irmãos era dos tais: ‘Vou atar minha rede lá na cumeeira da casa pra ver se escapo das carapanã.’ Mas não tinha boca não.” (Entrevista com Teresa Lima Lopes, em Riozinho, Acre, em 24/01/1997)<sup>7</sup>

Fica claro que as distinções de classe também eram bem marcadas dentro dos seringais, e que este mundo rural, organizado sob o manto da floresta tropical, tinha sua dinâmica e sua estrutura essencialmente diferentes da vida nas cidades da Amazônia. Se observarmos a questão pelo lado da saúde, por exemplo, verificamos que os trabalhadores pobres urbanos, ainda que de forma precária, beneficiavam-se da infra-estrutura de que as cidades dispunham. Os seringueiros só teriam acesso a um medicamento – prescrito pelo próprio patrão ou pelo empregado do barracão – se dispusessem de saldo para adquiri-lo e se, no armazém, houvesse o remédio. Caso contrário, estes homens utilizavam os ensinamentos que traziam de sua terra natal e os adquiridos com os nativos, com quem travavam contato.

Carlos Chagas informa, em seu relatório, que a Comissão que comandava havia sido procurada “por numerosos doentes e sempre ouviu de todos a mesma

afirmação de não lhes sobraem recursos para adquirirem os medicamentos que lhes prescrevia a comissão. E, entretanto, são doentes em estado grave, muitos em iminência de morte, na mais precária condição, fatalmente condenados ao aniquilamento total, se não forem submetidos a tratamento específico regular”.

Surge, aqui, uma das mais fortes características das relações de trabalho nos seringais: o trabalho ‘cativo’. O sr. Francisco, morador do seringal São Francisco, explica:

“É porque é um serviço obrigado, aquela hora tem que estar na lei, acordar aquela hora, quem trabalha, acorda de madrugada. Tem, quem não acorda, mas tem que sair cedo, acordar cedo da noite, fazer a comida, para sair para estrada, para cortar. Mais, é todo dia.” (Entrevista com Francisco Pessoa de Araújo, realizada no seringal São Francisco, Acre, em 29/01/1997)

O trabalho é considerado, pela população local, como cativo porque é necessária uma dedicação de meses para produzir algumas centenas de quilos de borracha defumada. O trabalhador também é definido como cativo, já que permanece eternamente atrelado ao patrão, preso pelo ‘caderno’ do barracão – onde eram registrados a quantia que lhes era devida em função da quantidade de borracha produzida, bem como os valores que deviam pelas mercadorias retiradas, normalmente – apenas o suficiente para sobreviver. O sr. Menezes afirma que:

“a vida das pessoas, o direito dos freguês era só a borracha, os freguês não tinha direito de plantar nada, era só cortar seringa. Aí cortava a seringa, os pessoal cortava a seringa. Então, o negócio deles com o patrão era só fazer borracha, entregar borracha e receber mercadoria.” (Entrevista com Francisco Menezes, realizada na cidade de Xapuri, Acre, em 19/01/1997)

Mas nem sempre foi assim. O sr. Menezes é um seringueiro dos tempos dos ‘brabos’, que chegaram à região logo depois dos pioneiros e foram os sujeitos históricos do apogeu e do declínio da produção borracheira do complexo Acre-Purus. Basta lembrarmos que ele desembarcou em Xapuri em 1912. No ano seguinte, a produção asiática de borracha ultrapassaria a brasileira, mas os efeitos deste acontecimento, provavelmente, levaram alguns anos para se fazer sentir no cotidiano das áreas de produção.

O sr. Horécio chegou em Antimari, no Baixo Acre, cerca de duas décadas depois, e conta que seu pai, seguindo conselhos de um irmão que já estava por lá há mais tempo, ao chegar no seringal disse para o patrão que não queria cortar seringa, que preferia trabalhar com roça. Ao fim de uma negociação, conseguiu seu intento. O patrão lhe vendeu as sementes e a família partiu, então, para a colocação que lhes fora designada.

“Lá a parada foi dura, né? Nós fomos brocar mato em um lugar lá, que era muito deserto, sabe?, que o arigó quando vem daquele nordeste, ele é medroso, né? Nós só imaginávamos onça, e é aquele negócio... Brocamos um grande roçado, plantamos muito arroz, né? Meu pai teve muito arroz. Nós chegamos lá, no primeiro ano, meu pai fez uma conta no barracão de 12.000 cruzeiros. Naquela época era cruzeiro, né? Aí, meu pai não dormia de noite pensando na conta, né? É. No primeiro ano, quando nós colhemos arroz, colhemos 160 alqueires de arroz, lá no Antimari, no Amazonas. Um alqueire de arroz é 40 litros, se for pesar na balança dá 30 quilos. Aí, (...) no primeiro ano, nós pagamos a conta todinha. Aí, meu pai se animou, né? Aí, (...) fomos trabalhar, criar porco e, daí acabou os tempos ruim, né?” (Entrevista com Horécio José Domingos da Silva, residente em Catuaba, Acre, em 26/01/1997)

O fato de que o pai e o tio do sr. Horécio tenham conseguido sua inserção no mundo dos seringais através de um trabalho de ‘colono’ – figura que surgiria oficialmente na região somente na década de 60, com os primeiros assentamentos agrícolos – é bastante significativo da necessidade que os seringais já tinham de produzir alimentos. O preço da borracha havia caído muito, em relação ao início do século, daí decorrendo uma dificuldade de crédito com os comerciantes aviadores ou com os ‘regatões’<sup>8</sup>.

Desta forma, a organização da economia extrativista impunha ao proprietário do seringal o mesmo vínculo ‘cativo’ em relação aos grandes comerciantes de Belém e Manaus, com quem mantinham débitos relativos ao aviamento de mercadorias e para quem, ao final de cada safra, entregavam a produção total de seus seringais. Esta realidade distancia ainda mais os donos de seringais da figura do ‘barão do café’, com a qual são equivocadamente comparados. Se existiram ‘barões da borracha’, foram, certamente, muito poucos os proprietários de seringais que conseguiram receber este epíteto.

Em vez de suntuosas residências nas cidades, estes homens possuíam barracões bem montados às margens dos principais rios. Por este motivo, eram chamados ‘coronéis de barranco’ – termo que define com muito mais precisão o feixe de relações sociais e de poder que perpassavam estes indivíduos. Para a população em geral, o seringal, hoje em dia, chega a representar a única forma de propriedade fundiária conhecida, e o termo acaba ganhando um sentido amplo, o qual precisa ser especificado segundo o tipo de produção. É o que faz Francisco Vitalino de Souza, residente na cidade de Lábrea, Amazonas, explicando de que maneira tornou-se patrão de um ‘seringal de seringa’, isto é, produtor de borracha:

“Sabe, então nós fomos chamados para tomar conta desse seringal, um seringalzinho de seringa. Aí, nós fomos para lá. Lá passei 18 anos, nesse lugar. Aí, não estava mais sentindo bem, aí eu resolvi a vender. Vendi e viemos para cá.



Compramos essa casa e hoje nós estamos aqui.” (Entrevista com Francisco Vitalino de Souza, residente na cidade de Lábrea, Amazonas, em 12/02/1997)

Os seringueiros tinham, também, de lidar com a arrogância e o autoritarismo que imperava entre as classes dominantes rurais. Para Vilce Gláucio,

“Os patrão eram valente. Era, os patrão eram valente. Tinha que ser o que ele quisesse. Chegava o freguês se pedisse dois quilos de açúcar, ele dizia não, só leva um. Tem que dar pra semana. Quando a gente ia pro centro a gente levava a massa. (...) cada um patrão tinha dez, doze, quinze freguês. Até pro alto, o seringal. Aí ficava tudo ali perto. Comprava aquele rancho e ia pro centro trabalhar. O que trabalhava em seringa, que era perto, trabalhava aí. E o que trabalhava na sorva, na balata, naquele tempo era só o que a gente, a gente escapava pra vender alguma pele de porco, aí por fora pra escapar. Mas os patrão eram ruim. Eu ainda alcancei aqui, nesse lugar tinha trincheira, pra matar gente. O dono daí chamava-se Napoleão... Esse mandava dar surra em freguês. Onde teve um freguês aí que ele deu uma surra, jogou por água, cortou a mão do homem. E o pai dele matou ele.” (Entrevista com Vilce Pereira Gláucio, realizada na cidade de Beruri, Amazonas, em 22/02/1997)

Perguntamos, então, ao sr. José Cândido Vieira, morador de Pauhiní em 1997, e que chegara na região em 1943 como ‘soldado da borracha’, se ele acreditava que o patrão roubava no peso da mercadoria:

“Ih, rapaz, eu vou dizer uma coisa. O cara sofre muito. Esses patrão deles. Aqueles pessoal mais vivo, não roubava não; mas quem não era, roubava em peso, roubava em conta. Tinha deles que ficava lá a vida inteira e não tinha condição de sair. Ficava ali, porque pesava a borracha mais pesada. Ele tirava na mercadoria, vendia carne demais. Então, era assim, as coisa. E aqueles mais vivos não. Eu ganhei dinheiro... Quando chegemos logo, a senhora sabe, a gente chega como brabo, como chama. Tudo era difícil, pra aprender a cortar e coisa. Mas tinha fartura, sempre caça. A gente comia do mato. Era na boca da espingarda. Do patrão só era, vamos dizer, a farinha, o açúcar, o café, munição. Essas coisas. E o remédio quando era preciso.” (Entrevista com José Cândido Vieira, morador de Pauhiní, Amazonas, em 06/02/1997)

Os ‘soldados da borracha’ marcaram o reaparecimento da atividade borraqueira, ao longo dos anos 40, depois que sofrera uma forte retração de mercado desde a primeira década do século, embora o fluxo de migrantes originários dos estados do Nordeste para a região tenha se mantido ativo durante todo este tempo<sup>9</sup>. Este fluxo migratório foi, então, estimulado dentro de uma perspectiva militarizada, vinculada aos esforços dos países aliados na Segunda Guerra Mundial.

Milhares de nordestinos foram enviados à Amazônia para fazer frente às necessidades de incremento da produção de borracha natural. A chegada deste contingente reforçou esta atividade. Houve uma certa recuperação dos preços, mas até pouco depois do fim da guerra. Os migrantes vinham por conta do governo, ganhando um ordenado, comida, rede, roupa etc., até chegarem ao seringal. A partir daí, engajavam-se na cultura do barracão e viviam como os ‘brabos’ e os ‘arígós’, seus antecessores.

O patrão já entrava na vida destes homens antes mesmo de eles começarem a trabalhar nas atividades do extrativismo. É o próprio sr. José Cândido quem nos conta como se deu este primeiro contato:

“Chegamos em Rio Branco. Rio Branco aí ficou a discussão dos patrão. A senhora vê, chegava um patrão, levava cinco. Outro levava dez. Outro levava dez. Outro levava vinte. Então, cada um tirava uma parte de homens daqueles pra levar pro seringal. A gente lá eles dividiam tudo pra gente trabalhar. Lá eles vendiam tudo pra gente trabalhar. Vendiam a espingarda, vendiam um utensílio, vendiam tudo.”

“Vendiam e vocês pagavam com o quê?”, perguntou-lhe Mariana.

“Com a borracha. A gente trabalhava; vamos dizer, eles vendiam pra pagar no fim do mês. Quando era no fim do mês, a gente tava no outeiro, pesava a borracha e descontava aquela que a gente devia. Muitos tirava saldo, outros não tirava. Dependia do homem. Tinha desses que fazia mil quilos de borracha, tinha aqueles que só fazia trezentos. Dependia da produção da borracha.” (Entrevista com o José Cândido Vieira, morador de Pauhiní, Amazonas, em 06/02/1997)

A figura do patrão é emblemática das relações de poder nos seringais. Por este motivo, é vista de forma dicotômica: há o bom patrão e o mau patrão; e são estes mesmos padrões que administram a justiça, determinando, dentre as ações cotidianas de seus ‘fregueses’, aquelas que eram boas e aquelas que eram más. Assim, os seringais tinham bons e maus regulamentos. O do seringal Bom Destino era um bom regulamento para aqueles que queriam trabalhar, no entender do sr. José Cândido:

“O seringal Bom Destino é que tinha um regulamento muito, muito violento. Era por quinzena. Entrava hoje o comboio, quinze dias, a senhora tinha de dar, vamos dizer, cinqüenta quilos de borracha. Aí disse assim: ‘ah! eu não fui cortar porque eu tenho saldo e coisa’. ‘Não. O senhor tem o seu saldo mas vai pegar o comboio’. Pagava o saldo e mandava embora. Tinha de produzir aquela borracha. Quer dizer que era um regulamento bom pras pessoas, porque muitos queriam malandragem, então ele botava aquele regulamento que era pro

seringal produzir. Era bom. Mas agora aquele malandro... podia ter saldo ou não. 'Eu não cortei porque eu não quis. Porque eu tenho saldo'. Não senhor. Então dava uma produção. No Bom Destino, o patrão tinha um bom regulamento. Até no corte da seringa. Nós temos um corte de seringa, era dividido na terça, descia três panos. Na seringueira virgem. Aí, aquilo desce um pano, com um palmo e mais uma polegada, até encostar. Outro mais. Era regulamento dele. A seringa bem cortada. Outros, o sujeito matava a seringa, cortava de todo jeito, não tinha regulamento. Mas lá era bom. Regulamento em tudo. O senhor vê que até se o sujeito não produzisse aquela produção, por malandragem, ele saía fora. Era bom. Medicamento, tudo, tudo. O barracão tinha de tudo." (Entrevista com José Cândido Vieira, morador de Pauhini, Amazonas, em 06/02/1997)

O 'bom patrão' é aquele que trata bem do 'freguês', isto é, do seringueiro. Ele é cortês, tem o barracão bem sortido, não usa de violência desnecessária: "é um homem de calma, de consideração, né? Recebe bem a freguesia e trata bem do freguês" (Entrevista com Francisco Pessoa de Araújo, realizada no seringal São Francisco, Acre, em 29/01/1997).

Já o 'mau patrão' é

"o cara não recebe o freguês bem, o freguês desgosta dele, aí vai embora, pede a conta e vai embora, entendeu? O mau patrão, se o freguês chega lá no barracão dele, ele for com ignorância com o freguês, não receber o freguês bem, o freguês desgosta dele, né? Então, já no outro dia, já não quer mais, já pede a conta e vai embora. E o patrão bom, não. O camarada cativa ele e toda vida ele trabalha com ele. A vida inteira, não tem queixa, né?" (Entrevista com Francisco Pessoa de Araújo, realizada no seringal São Francisco, Acre, em 29/01/1997)

É importante perceber que as definições de bom e ruim, bem e mau, estão sempre vinculadas a aspectos do modo de fazer cotidiano. É difícil pensarmos, por exemplo, em um seringueiro 'malandro', como nos relata o sr. José Cândido. Alguém sai da caatinga, no interior do Nordeste, desloca-se até o Alto Acre de barco, embrenha-se na mata custeado por um patrão e é mandado para uma colocação de onde só sai quando seu saldo – quer dizer, o produto de seu trabalho – supera seus débitos para com o dono do seringal. Se, um dia, este homem resolve aproveitar seu saldo e descansar um pouco, ou precisa cuidar de uma enfermidade que requer repouso, pode ser mandado embora do seringal, pois não obteve a produtividade requerida pelo patrão e, provavelmente, tampouco atendeu aos protocolos das relações de classe às quais está subordinado.

Pode-se verificar, na próxima fala de d. Francisca, um dos modos mais comuns de agir socialmente no sentido de construir uma boa reputação de patrão. Era muito comum a morte de seringueiros casados, com filhos ainda pequenos e, como

o número de mulheres nas áreas de produção era extremamente reduzido, a viúva não permanecia muito tempo sozinha. O patrão, então, pegava a filha mais velha para criar, evitando que fosse assediada pelo futuro padrasto, o que era corriqueiro. Porém, o fato de ter sido criada pelo patrão não lhe dava direitos de herança e nem privilégios em relação à produção, após o casamento. A responsabilidade do patrão era criar a menina para, se possível, conseguir um bom casamento. A partir daí, o máximo a que esta mulher teria direito seria à cordialidade daquele que terminou de criá-la. Mas vamos ao relato:

“A minha mãe era uma mulher que foi criada pelo patrão, que ela perdeu o pai dela e o pessoal tomaram com medo da... justiça. Naquele tempo, tomava conta da viúva que não procedia bem. Aí, o patrão tomou ela e levou pra criar. Aí, Batizou ela e criou como filha. Ela era filha do patrão Chagas Gomes, dono do seringal. Foi ele que criou ela. Mamãe era uma mulher muito bonita, gabada por todo mundo. Casou com papai. Papai era o empregado do barracão e casou com ela. Sem nunca ter se namorado, ele pediu ela e casou com ela. Ela com doze anos e ele com trinta e seis anos de idade. (...) Com nove anos ele morreu. Adoeceu onze horas do dia, quando foi seis da tarde tava morto. Comecei, com dez anos, comecei a trabalhar pra me sustentar, meus irmãos... Eu era a mais velha. Eu fui sofrer pra me criar, acabar de me criar e dar uma ajuda pra minha mãe, que era viúva e não sabia fazer nada. Que era filha, a bem dizer filha de patrão, não era. Sabia fazer nada. Aí foi sofrer também pra acabar de criar os filhos. Aí ela já tava magrinha, não sabia trabalhar, não sabia fazer nada. Eu sei que casou com um negro velho. Negro velho com quarenta e seis anos. Ainda era solteiro. Aí casou e foi acabar de criar nós. Mas eu fiquei na lida até casar. Casei com dezenove anos de idade.” (Entrevista com Francisca Enriques Martins, realizada em Tapauá, Amazonas, em 19/02/1997)

Este procedimento não se configurava como regra tácita, mas era um costume que levava em conta, muitas vezes, o grau de estima do patrão para com o seringueiro falecido. Era um costume que pertencia à alçada de arbítrio das classes dominantes. Era um poder exercido para recompensar os bons fregueses e cativar seu plantel.

As características específicas daquelas relações formais de trabalho, marcadas por fortes influências das relações interpessoais, geravam uma intensa mobilidade da população – que, aparentemente, era, se não restrita, pelo menos bem demarcada dentro das microrregiões. Assim, a população que chegou para as calhas dos afluentes do Acre e do Purus, bem como aqueles indivíduos que aí nasceram, movimentaram-se prioritariamente por estes dois rios principais. O sr. Francisco Silva de Oliveira, morador do seringal Capatará, explica a razão de seus pais terem mudado, a vida toda, de um seringal para outro: “Porque eles não tinha lugar próprio, né?”

Aí, achava que no lugar não tava bom, aí, mudava pra outro. Achava que não tava bom, mudava pra outro” (Entrevista com Francisco Silva de Oliveira, morador do seringal Capatará, Acre, em 22/01/1997).

Os motivos apresentados passam, sempre, por um desejo de encontrar um “lugar melhor” – uma espécie de busca inconsciente daquele “*el dorado*” prometido ou sonhado ainda na terra natal – e levam em conta, quase sempre, as experiências e vivências de terceiros. Outros fatores decisivos para a mudança de uma família de um seringal para outro são a morte do chefe da família (a mãe, então, segue o filho mais velho ou o novo marido), a possibilidade de um local com caça ou pesca farta (complemento fundamental para a subsistência no seio da floresta), ou uma colocação com estradas mais carregadas de seringueiras (o que aumenta a possibilidade de produção, aumentando, conseqüentemente, a possibilidade de ter saldo favorável junto ao barracão).

Uma outra possibilidade de fixar-se em um seringal, sem que a pessoa ficasse obrigada a produzir borracha para saldar seu débito, era ser empregado do barracão. Mas, para chegar a um posto destes, o indivíduo necessitava de alguma escolaridade, o que já excluía a maioria dos trabalhadores, e precisava de uma boa indicação a um comerciante ou patrão de seringal. Foi o caso do sr. Francisco Rodrigues Rabello, morador de Porto Acre e que, ao contrário da maioria dos migrantes, passou toda a vida no seringal Bom Destino. Nascido no Ceará, no município de Morada Nova, Seu Francisco, aos 23 anos, comprou uma passagem no navio Duque de Caxias e viajou para Belém do Pará. Corria o ano de 1953. Lá, embarcou em outro navio, de nome Benjamim, que fazia a rota para Rio Branco. Ele vinha com uma carta de referência, para procurar um médico desta cidade.

“Bom, eu trouxe uma carta de um compadre de um grande médico que tinha aqui em Rio Branco, o médico talvez mais antigo do Acre. Era o dr. Élcio M. Lopes Damasceno. (...) Mandou uma carta recomendando, e essa carta dizia assim: ‘Compadre Élcio, pêpêpê, pápápá etc., está seguindo o jovem Francisco Rodrigues Rabello. Vai para o Acre e quer ficar por aí, e qualquer coisa que você fizer por ele ficarei muito grato, pois ele é uma pessoa de boas estimas’. (...) Então, eu chegando às 4 horas, eu gostava muito de roupa branca, aí, vesti um ternozinho branco, calça, camisa, mangas compridas, e subi. Quando eu subi cheguei na Epaminondas Jaques. Aí, andando. Naquele tempo as casas eram poucas e todas de tábuas. Aí, ia passando, vi a placa dr. Élcio M. Lopes Damasceno. Aí, (...) pedi licença à secretária dele, falei que estava chegando do Ceará, apresentei também a carta que trazia... Logo eu entrei. Aí, (...) quando eu apresentei a carta a ele, ele disse ‘Ô Rabello, você está em casa, não tenha preocupação. Você tem dinheiro para pagar o hotel?’. Eu digo: ‘tenho sim, sr.’ Disse: ‘então você vai para o Hotel Madri. Mas eu agora mesmo vou lhe dar

aqui um cartão. Você, à noite, vai ao Hotel Chuí falar com um seringalista que é muito meu amigo, Antônio Rosa Sobrinho, dono do Bom Destino'. 'Está bem'. Aí, ele disse: 'Mas a sua idéia mesmo, você pretende ir para seringal ou quer ficar na cidade?'. Eu digo: 'dr. Elcio, eu tenho apenas o primário, aliás foi bem feito. Naquele tempo se fazia exame de admissão, e queria tanto continuar a estudar. Então eu gostaria de ficar aqui?'. Aí ele disse: 'Mas quem vem do Nordeste se dá muito bem com o seringal. É até mais fácil de ganhar dinheiro. Você quer ir para lá?'. Eu digo: 'Do jeito que o sr. quiser. O que o sr. disser eu aceito'. Então ele me deu o cartão. À noite eu fui no Hotel Chuí falar com o Antônio Sobrinho, que era dono do seringal, e ele disse a mesma coisa: 'está em casa. Precisa de dinheiro?'. Eu digo: 'Não Sr. Eu ainda tenho'. Diz ele: 'então todo dia às 8 horas, 9 horas, você vai a bordo do navio Benjamim' – que esse navio, Benjamim, é quem aviava o seringal dele. Era a Companhia C. Amorim. O armazém, lá em Rio Branco, era na Rua Gaspar Viana, número 113. Eu tenho memória boa, acho que tenho. Ele disse: 'todo dia às 8, as 9 horas, você vai no navio, que eu lhe digo o dia que nós vamos partir para Bom Destino, então você vai comigo'. Quando chegou um tal dia, dia 8 de março ele, ele disse: 'É hoje que nós vamos', e viemos. Aí, ele me colocou como auxiliar. Em viagem, nós vínhamos no batelão. O batelão dele começou a fazer água, eu fui ajudar a tirar uma farinha de trigo que vinha, ele disse: 'Não. eu não quero o sr. para esse trabalho não. O seu trabalho é outro'. Eu digo: 'olhe, o negócio está bom, né?'. De fato, (...) Aí trabalhei 8 anos como auxiliar na administração, de escriturário e etc. Depois de 8 anos, fui gerente de uma filial do Bom Destino que era aqui. 1973, ele vendeu todo o movimento para a Bonal Borracha Natural S/A. Eu ainda fiquei com a Bonal 3 anos. Depois, a Bonal vendeu também tudo para a Pito e Peto e Cia., e eu fiquei aqui. E aqui estou." (Entrevista com Francisco Rodrigues Rabello, morador de Porto Acre, Acre, em 28/01/1997)

Pode-se perceber, nesta fala, um dos elementos mais marcantes do ponto de vista de caracterização do trabalhador migrante pelas classes dominantes locais. A afirmação que teria sido feita pelo dr. Elcio Damasceno (provavelmente um cearense ou descendente direto de cearenses, já que fora batizar um filho em Morada Nova, daí o compadrio), de que "quem vem do nordeste se dá muito bem com o seringal. É até mais fácil de ganhar dinheiro", retrata bem a expectativa social em torno desta mão de obra desqualificada e abundante, que aportava periodicamente na região. Significavam, simplesmente, milhares de braços que deveriam se integrar ao patamar básico da cadeia de produção extrativista.

As demandas individuais deveriam adequar-se aos padrões da empresa seringalista, e, no fundo, o que interessava ali era 'ganhar dinheiro'. Esta idéia, recorrente ao longo dos relatos, parece fora de lugar se contraposta à realidade dos seringais, onde o dinheiro não circulava. O trabalhador trocava o produto gerado pela

sua força de trabalho por gêneros, ferramentas e objetos essenciais à sua sobrevivência. Ainda assim, quando conseguiam tirar algum saldo, e iam solicitar do patrão o recurso para uma viagem – até o centro urbano mais próximo ou até a terra natal – recebiam, muitas vezes, um cheque, que deveria ser descontado em um banco, na cidade, onde a moeda existia.

Outro elemento que desponta no relato do sr. Francisco são os acordos entre os grupos de elite. Se o nordestino chegasse recomendado ao mundo do seringal, as portas que lhe seriam abertas permitiriam mais opções, ao invés de apenas engajar-se na produção *stricto sensu*. As relações de apadrinhamento respondiam, então, pela seleção do pessoal que iria figurar nas posições intermediárias da empresa. Mas não apenas isto. Estas indicações, quando atendidas, eram capitalizadas como uma demonstração de prestígio junto a pessoas influentes, o que vinha reforçar as relações de poder existentes entre as diferentes classes sociais.

Cabe destacar que, com a influência de um patrão, era possível ao seringueiro subir rapidamente na escala social, tornando-se, até mesmo, um igual, ou seja, patrão, também. Este fato sucedeu ao sr. José Cândido, e é ele mesmo quem nos conta:

“Eu trabalhava como... já era conhecido do patrão. O patrão não, o chefe. Eu trabalhava como corretor de estrada. Aí, nesse seringal que ele tinha aí, aqui, já no sul do seringal, já aqui, pro rio coisa, pro rio Pahuini, é, por nome, lá, o rio Atucatuquini. Aí, ele me convidou. Ele disse: ‘Olha, vai sair o patrão de lá. Você quer ir pra lá?’. ‘Quero’. Aí nós entremos. Aí fiquemos como patrão lá. Trabalhemos onze anos foi? (...) Lá eu aviava os freguês, que era os seringueiro. Quando era no fim do ano, era quando eu tirava as contas, porque lá não tinha comboio, pegava a mercadoria, aviava eles, e no fim do ano eu pegava a borraça e descia pra cá.” (Entrevista com José Cândido Vieira, morador de Pauhiní, Amazonas, em 06/02/1997)

Entre os principais elementos envolvidos com a cultura do barracão, nos rios Acre e Purus, creio que falta destacar, embora de forma panorâmica, o papel das mulheres nesta sociedade eminentemente masculina. Nos seringais, elas sempre existiram em muito menor número do que os homens; estiveram atreladas às tarefas do lar e submetidas ao poder dos homens. Ganharam, ainda, a tarefa de cuidar da roça da família: plantar, cuidar, colher. Mas as histórias de mulheres que enviaram com os filhos pequenos e tiveram de assumir a posição do chefe da casa repetem-se amiúde. É o caso de d. Sebastiana. O pai morreu quando ela tinha apenas um ano de idade, tendo sido criada pela mãe.

“Minha mãe cortava seringa, fazia lenha para navio, para poder criar nós. Porque, naquele tempo, não tinha essa possibilidade que tem agora, o marido morrer, se aposentar. As viúvas, ficam viúvas, se aposentam para ganhar. Não

podia, não. Minha mãe cortou seringa, planta roça, para poder criar nós. Fazia roçado para plantar tabaco, essas coisas assim, para vender, para poder criar nós. (...) Quando eu cresci... que ela ficou sozinha, que ficou só nós, que eu estava assim com uns 10 anos, 11 anos, eu ajudava a ela plantar, capinar a roça, limpar tudinho, ajudava a ela a fazer o serviço assim” (Entrevista com Sebastiana Leal, residente em Canutama, Amazonas, 16/02/1997).

D. Cindoca também ficou viúva, e resolveu trocar um centro urbano pelo seringal, para conseguir criar os filhos:

“A gente era da cidade de Tapauá. Aí, o meu marido morreu. Fiquei com 6 filhos. Aí, (...) vim para cá, cortei seringa para criar eles. Aí, cortei ainda 3 anos seringa, aqui com o meu filho mais velho, que é esse daí. Os outros tudo pequeno; tinha uns engatinhando. Eu ia pro mato, a mãe dessa menina aí, que entrou aqui buchudinha, ficava em casa com eles, com os pequenos. E eu ia para a estrada. Eu saía 5 horas, chegava às vezes 12 horas, aí, a gente ia defumar, aí a gente ia... quando terminava, ia fiar. Aí, chegava em casa. Às vezes, quando a gente ia ter sossego era 7 horas da noite. Acordava 4 horas da madrugada” (Entrevista com Almicinda Ferreira Cordeiro, em Boca do Tapauá, Amazonas, em 17/02/1997).

Mesmo aquelas que tinham marido levavam uma vida muito difícil. Os padrões sociais e de vida que conhecemos nas grandes cidades do centro-sul não servem como parâmetros para avaliarmos corretamente o cotidiano destas populações. D. Maria Nunes de Souza, do seringal Cachoeira, por exemplo, demonstra uma enorme resignação com a sua situação, atitude, aliás, característica dos habitantes da região:

“Tem dia aqui, que eu até vou lhe contar, tem dia aqui que nós bebe o café. Só o café líquido, porque aqui não é que nem na cidade, que tem um pão, uma coisa. Que aqui não vende essas coisa. Aí, quando nós viemos comer, uma hora, duas da tarde, só comendo esse negócio de besteira: farinha, banana. É só o que come. Porque não tem. (...) Assim vamos vivendo... Tendo saúde a gente passa. Gente doente é que não passa. Porque, aqui no interior, é muito esquecido. O interior, o mais esquecido é aqui, pra nós” (Entrevista com Maria Nunes de Souza, residente no seringal Cachoeira, Amazonas, em 08/02/1997).

Já o sr. Vilce Pereira Gláucio, embora apresente uma avaliação negativa em relação à vida que levava dentro da mata extraíndo a balata e a sova, tem esta mesma postura resignada:

“Não era muito boa não. A gente sofria muito. Ia no igarapé, torando pau. Anoitecia, dormia aí mesmo, jogado nas folhas, armava as rede, mas uma hora



vinha a chuva. E naquele tempo não existia esse plástico, que a gente agora. Às vezes anoitecia e não dava tempo da gente tirar umas palhas pra fazer até onde a gente se colocava. Aí, procurava umas palhas e fazia um barracozinho, pra dormir embaixo. Assoalhar, nuguinho assoalhava. Era no chão todo tempo, assim. Aí, ficava trabalhando ali. Comia macaco, comia porco. Umas comida mais melhor, outras mal comida aí. (...) De manhã a gente trepava no açazeiro, fazia um leite. Um vinho, que a gente chama o vinho. E aí passava com açúcar e farinha, ia embora. A comida, a gente cavava um buraco, o quarto de porco ou o mutum, cavava um buraco e enterrava. Embrulhava na folha e enterrava, pra a mosca não...” (Entrevista com Vilce Pereira Gláucio, residente em Beruri, no dia 22/02/1997).

Atualmente, a “cultura do barracão” na região dos rios Acre e Purus vem recrudescendo. Na calha do Purus, a economia local permanece, até hoje, presa às atividades extrativistas – principalmente o corte de madeiras, a pesca e a obtenção do látex – e a uma agricultura muito simples e de baixíssima produtividade. Mais recentemente, muita gente vem se mudando para as cidades – que estão despreparadas para um crescimento tão acelerado. No entanto, este movimento é estimulado pelas autoridades municipais, que buscam urbanizar a população rural, direcionando-a para projetos de colônias agrícolas que vão se desenvolver ao longo dos ramais rodoviários que vêm sendo construídos para acessar a BR-319 (Manaus – Porto Velho). Este é o caso de Lábrea (que já tem seu ‘ramal’ praticamente pronto) Tapauá e Beruri, todas no Amazonas.

No vale do rio Acre, com a expansão da fronteira agrícola brasileira nas décadas de 1970 e 1980, migrantes do sul do país ocuparam as terras e transformaram os antigos seringais em enormes pastagens, destruindo a floresta nativa. Nesta época, foram abertas rodovias, que deslocaram para si o eixo de ocupação do território, que até os anos 60, enquanto os seringais estiveram em atividade, havia permanecido junto aos rios. Agora, é a estrada que comanda a cena, interferindo radicalmente na visão do espaço e do tempo em que viviam as antigas populações ribeirinhas.

A classe dominante local está se transformando, com o surgimento de novos grupos. Mesmo não representando, na maioria dos casos, uma ruptura muito nítida em relação às práticas e às estratégias de dominação implantadas pelos velhos ‘coronéis de barranco’, a opção privilegiada pelo modelo de vida urbano os afasta do antigo modelo. Neste processo, as populações do interior vão se agrupar nas periferias das sedes dos municípios, criando problemas sociais devido à falta de infraestrutura urbana. Tudo isso vem gerando uma desagregação de hábitos, costumes e práticas cotidianas tradicionais.

Para a maior parte dos entrevistados, os seringais acabaram porque os produtos não têm mais preço nem comprador. Eles acreditam, também, ser impossível

reviver os tempos áureos da borracha, pois hoje já não existem mais patrão nem regatão – elementos fundamentais na estruturação do comércio no interior da floresta, tanto do ponto de vista do escoamento da produção, quanto sob o aspecto de uma certa segurança para os trabalhadores, que sempre tiveram no barracão (ou no ‘batelão’) um lugar onde buscar recurso em caso de necessidade. O sr. José Cândido também pensa assim:

“Nem o regatão não sobe mais. Não tem mais patrão! Não tem quem venda mercadoria. Não tem mais. Não tem mais patrão, não tem, acabou tudo. Se a senhora entrar em um rio desse aí, a senhora fica ... . Vendo hoje, a gente, a senhora andava era uma hora, meia hora, uma família, duas horas no máximo. A senhora, hoje, anda dias e dias sem encontrar uma pessoa, um morador. Quando encontra um a senhora encontra a maior lástima. Nu e cru. (...) Mas pra ir pro seringal..., tem tudo no seringal, fartura. Mas não dá o preço da borracha. Tem a borracha da Malásia, que diz que é mais barata, porque sai mais melhor preço que a daqui. Tem a borracha sintética, que é a do petróleo, que ajuda muito. No nosso tempo não tinha isso! Tem a Bahia e tem São Paulo, que levava semente daqui e hoje tem seringal lá. Grandes seringais pra lá. Então, pra voltar ao Amazonas que era, cristão, eu acho ... acho muito difícil, viu? Só se fosse muito dinheiro que o presidente mandasse, pra ir os bancos aviar os patrão, e bom preço pra poder voltar. O seringueiro não volta, não, senhora. Prefere ficar aqui. Os filhos estudando, aquele negócio. E é assim. A senhora vê como é que é. Foi embora o preço da borracha, veio a madeira. Mas a madeira, a senhora sabe, derruba. Derruba um rio desse. Derrubaram em quantidade de pau, dois, três anos. Agora acabou, não tem mais. Só nas terras firmes.” (Entrevista com o José Cândido Vieira, morador de Pauhini, em 06/02/1997.)

Fica, no entanto, a impressão de que o mundo dos seringais, a cultura do barracão, deixam uma enorme saudade e um grande vazio na vida destas pessoas. Encontramos vários relatos capazes de nos fazer supor que as resistências ao futuro transformador serão muito grandes. O tom preponderante é melancólico e preocupado. A população está vendo seus costumes tradicionais se chocarem com a realidade que lhes vem sendo imposta pelas políticas oficiais de modernização da região. Está vivenciando a miséria urbana, tão freqüente nos discursos sociológicos e tão distante da vida que levava na floresta. Afinal, a cultura do barracão é uma cultura da floresta.

Ficamos, então, com esta reflexão do sr. José Cândido, repleta de tristeza e de saudade dos seringais:

“Pois é, eu fiz essa virada doida aí na Amazônia. Eu não, diversos amigos. Agora me aposentei como soldado da borracha, tô ganhando duzentos e vinte

e quatro. Eu e muitos amigos. (...) um homem como eu que trabalhei de carneiro, trabalhei botei ponte, fui noteiro, trabalhei de toqueiro, trabalhei de mateiro pra tirar recurso, cortei seringa muitos anos, fui fiscal, aí sim. Minha vida, mocidade toda foi no seringal. Toda, toda, toda. Minha vida eu gastei toda no seringal. Mas a vida é assim mesmo” (Entrevista com o José Cândido Vieira, morador de Pauhini, em 06/02/1997).

## NOTAS:

1. O projeto “*Tradições de uso de plantas medicinais na Amazônia*” é uma vertente do programa de pesquisa “*Plantas Medicinais: políticas científicas e tradições de uso*”, desenvolvido pelo Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e financiando pela Fiocruz, por meio da linha de fomento PAPES. Para uma abordagem mais completa sobre a construção metodológica desta fase da pesquisa, consultar: Dumas dos Santos & Muaze, 1998. O projeto “*Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas*”, também desenvolvido pela Casa de Oswaldo Cruz (1991/99), refez todos os percursos da expedição comandada pelo cientista nos anos de 1912 e 1913, buscando fazer uma comparação entre as duas épocas para as condições de vida, trabalho e saúde dos habitantes dos seringais. Para a metodologia empregada na pesquisa que refez o percurso de Chagas, ver: Dumas dos Santos, 1998. Sobre o projeto “*Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas*”, ver Dumas dos Santos et al., 1996.
2. William Chandless foi contratado pelo Ministério das Obras Públicas do Império para determinar a latitude das cabeceiras do rio Purus.
3. Termo popular utilizado na região para designar o processo de extração do látex da seringueira. O seringueiro faz o corte na árvore (nos primeiros tempos um longo e profundo corte vertical, e, depois, vários cortes oblíquos paralelos em forma de ‘v’), por onde escorre a seiva, que, depois de defumada transforma-se em borracha. A analogia deste processo com o termo ‘sangramento’ é óbvia e dá uma idéia de quanto são empíricas as mediações culturais nestas comunidades.
4. Carlos Chagas percorreu os rios Solimões, Juruá, Tarauacá, Acre, Purus, Branco e Negro a convite da Superintendência de Defesa da Borracha, entre 1912 e 1913. Partiram com ele, do Rio de Janeiro, os pesquisadores Pacheco Leão e João Pedroso. Durante cinco meses visitaram cidades, vilas e seringais, buscando uma alternativa para a produtividade da economia borracheira. Eles acreditavam que a solução viria através da melhoria das condições de saúde dos trabalhadores.
5. Tavares Bastos, advogado e jurista da segunda metade do oitocentos, foi incumbido, pelos ministros da Fazenda e das Obras Públicas do Império, de emitir pareceres sobre a atuação das mesas de rendas e sobre a navegação do Amazonas, tanto do ponto de vista da navegabilidade por vapores, quanto em relação à arrecadação de direitos e aos interesses internacionais envolvidos.

6. Esta descrição de um barracão na década de 40 não difere muito daquelas que obtivemos em relação a anos anteriores e é interessante compará-la, por exemplo, àquela oferecida por Mário Maia para "os mais antigos", aqueles "com paredes e assoalhos de pinho de riga e cobertura com telha de Marselha (Maia, 1978, p. 26).
7. Carapanã é o nome local dado, genericamente, a todo tipo de mosquito, mas que, normalmente, designa aqueles do gênero *Anopheles*, transmissores da malária.
8. Os 'regatões' são comerciantes que percorrem os rio em seus barcos a motor levando toda sorte de mercadorias que interessem à população ribeirinha, com quem negocia em troca da produção local. Em um primeiro momento vieram substituir alguns grandes vapores de grandes comerciantes, que não mais operavam em linhas consideradas não lucrativas. Nesta época, trocavam seus produtos basicamente por borracha. Com o passar do tempo e um declínio cada vez maior dos preços da borracha, estes comerciantes adaptaram-se e começaram a negociar outros produtos, oriundos principalmente das roças. Atualmente, até os 'regatões' vêm desaparecendo das calhas dos rios menores, segundo os depoimentos de inúmeros entrevistados.
9. O incremento da produção de borracha natural nas colônias inglesas da Ásia, principalmente na Malásia – cujos seringais, plantados segundo as regras definidas pelo Royal Botanic Garden, obedeciam a uma organização industrial, resultando em altíssima produtividade e qualidade da matéria-prima – causou um fortíssimo revés à produção amazônica, provocando uma acentuada queda nos preços do produto e dificuldades para os setores rurais da atividade extrativista, a partir do ano de 1912.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M et al. *A Ciência a Caminho da Roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.
- BASTOS, A. C. T. *O Vale do Amazonas*. 3a ed. SP, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975.
- BLANCHET, <sup>a</sup> & GOTMAN, A. *L'Enquête et ses Méthodes: l'entretien*. Paris: Nathan Université, 1992.
- CERTEAU, M. de. *L'Invention du Quotidien. 1- arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.
- COSTA, J. C. *A Conquista do Deserto Ocidental. Subsídios para história do Território do Acre*. 2a ed. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1973.
- CRUZ, O. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas*. Rio de Janeiro, Typographia Jornal do Commercio, 1913.
- DUMAS dos SANTOS, F. S. Histórias de vida e histórias da cultura. *Revista História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v.V, n.1, mar./ jun. 1998.

- \_\_\_\_\_ & MUAZE, M. Histórias de vida em multimídia: usos populares de plantas medicinais ao longo dos rios Acre e Purus. In: *X International Oral History Conference: proceedings*. Rio de Janeiro: FGV/Fiocruz, 1998.
- \_\_\_\_\_ et al. Revisitando a Amazônia. Expedição aos rios Negro e Branco refaz o percurso de Carlos Chagas em 1913. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1996.
- MAIA, M. *Rios e Barrancos do Acre*. Niterói, s. d., 1978.
- NEVES, M. V. S. & SOUZA, M. A. de. *O Capitão e as Seringueiras. Trajetória de um antigo morador de Rio Branco*. Rio Branco: FGB/Bobgraf, 1996.
- PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, v. 1, n. 2, 1996.
- RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d..
- THOMPSON, E. p. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- WHITE, J. Campbell Bunk, a lumpen community in London between the wars. *History Workshop Journal*, nº 8 (Autumn, 1979).

(Recebido para publicação em março de 1999)